

# POLÍTICA EDUCACIONAL

Alessandra Magalhães de Freitas Brasil (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFC)  
Email: [alessandra.m.f.brasil@gmail.com](mailto:alessandra.m.f.brasil@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

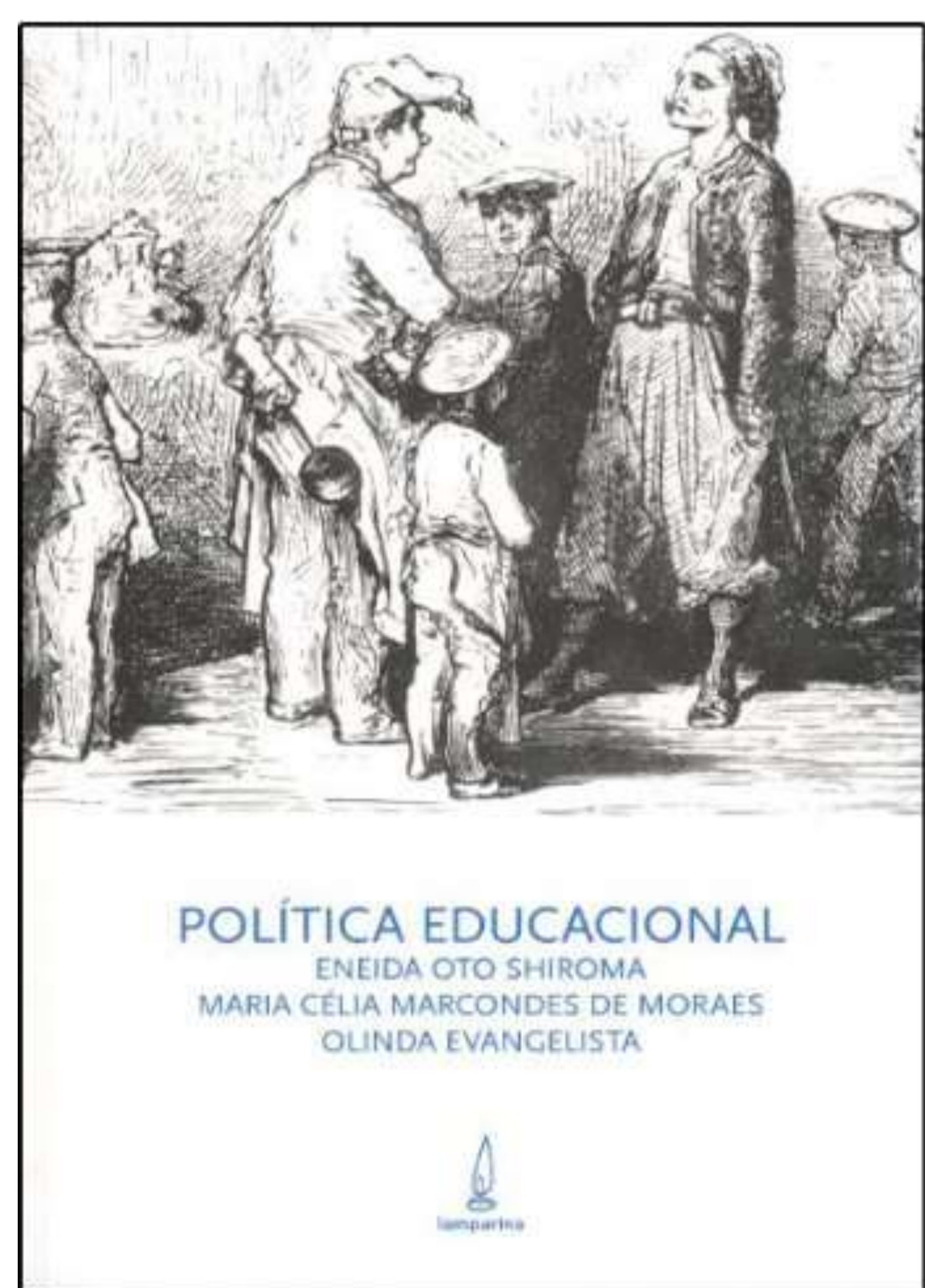
Autoras da obra Política Educacional, Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes e Olinda Evangelista, da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadoras do CNPq, doutoras em Educação e pesquisadoras da área das Políticas Educacionais, abordam a história política educacional brasileira a partir de documentos nacionais e internacionais, do Banco Mundial, da CEPAL, da UNESCO, da OREALC, de 1930 à década de 1990 (Shiroma *et al.*, 2002).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho analisou a obra Política Educacional (Shiroma *et al.*, 2002) associado a uma pesquisa bibliográfica em plataformas governamentais e científicas, como *Scielo*, a fim de compreender as informações trazidas pelas autoras da obra no período estudado.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra “Política educacional”, da Editora DP&A, é uma leitura instigante e provocadora, necessária para todos os educadores preocupados com a história política da educação no Brasil e com a sua própria prática pedagógica.



A década de 1930, onde os debates políticos propagaram a ideia da educação com a salvacionista, que seria capaz de resolver problemas de ordem social, econômica e política do país, chamaram a essa passagem de Primeiro Ato.

O Segundo Ato, compreende a implementação das Leis Orgânicas do Ensino, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), assim como também a organização do ensino primário, secundário, normal, ensino comercial e agrícola.

O Terceiro Ato, envolve as reformas entre 1960 e 1970. Vale ressaltar aqui o ano de 1965, onde João Goulart propõe um Plano Nacional de Educação (PNE), inspirado no método freiriano de alfabetizar os analfabetos, em busca de aumentar o número de eleitores.

No Quarto Ato, pós ditadura militar, estamos diante da Nova República, na luta por uma educação pública gratuita como direito de todos e dever do Estado

## 4. CONCLUSÃO

As pesquisadoras concluem mostrando como, nas últimas décadas, a política de mercantilização do ensino por meio de uma imposição legal, subsidiada por documentos internacionais direcionados principalmente aos países pobres, enfatiza a necessidade da reorganização da educação às novas diretrizes do capital, que propõe projetos educacionais que se contrapõem a compreensão ontológica e emancipatória fundamentada na educação integral. Permitindo a expansão dos chamados capitalistas do ensino, isto é, daqueles que veem a educação como um "negócio" altamente rentável.

## 5. REFERÊNCIAS

Shiroma, Eneida Oto; Moraes, Maria Célia M. de; Evangelista, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 140p.

